

## Aspectos “logísticos” da Guerra do Paraguai – 1864-1870: algumas considerações

**BRAZ BATISTA VAS<sup>1</sup>**

O Brasil do segundo reinado teve uma história recheada de atividades militares de grande ou pequena expressão. Vários episódios contribuíram tanto para a formação do Brasil enquanto nação como para o aprimoramento de instituições que figuram no mais das vezes como pilstras básicas do Estado-nação. Desde a Regência o Brasil vinha experimentando uma vida bastante agitada, agitações estas que quase sempre envolvia intervenções militares a fim de se apaziguar ânimos ou refrear descontentamentos. A economia na segunda metade do século XIX também sofria das pernas, apresentando aqui e acolá seus altos e baixos.

É nesse contexto, de uma vida político social bastante agitada, que devido a vários fatores e diversas conjunções de interesses, tanto nacionais como internacionais, que a vida militar brasileira começa a ficar cada vez mais expressiva, internacionalmente. A partir de 1850, as forças militares brasileiras, passam a sofrer uma série de modificações visando o seu aprimoramento material, institucional e humano. Tomando especificamente o Exército brasileiro como objeto de análise, verificar-se-á o desenvolvimento dessa instituição, suas variações, incursões, assimilações e permanências, durante o episódio que ficou conhecido na historiografia brasileira como Guerra do Paraguai. Trata-se de um rico episódio das atuações militares brasileiras em fins do século XIX.

O conflito com o Paraguai se configurou num importante repositório da história militar brasileira por se tratar justamente do único grande conflito internacional a mexer não somente com o Brasil mais também com outros três países da América do Sul, a saber, Argentina, Paraguai e Uruguai. O drama do conflito com o Paraguai, portanto, provém de uma complicada trama político-econômica que assolava a região do Rio da Prata, com questões relativas a aspectos econômico-comerciais, questões de fronteiras e uma delicada relação diplomática entre os envolvidos.

Por ser um conflito sem precedentes na América do Sul, a Guerra contra o Paraguai se alardeou por estas paragens como um dos primeiros exemplos das guerras modernas, guerra esta com o princípio da *guerra total*. A América do Sul passou a

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp – Campus de Franca; Professor Assistente do Curso de História da UFT – Universidade Federal do Tocantins.

conhecer a enorme diversidade e o potencial destrutivo da artilharia, a ineficiência da cavalaria em uma guerra de posições, a extrema importância de um corpo de engenheiros, médicos e um esboço do mais tarde veio a se configurar como *serviço de intendência*, vital a manutenção dos esforços de guerra.

O pensamento e as reflexões sobre a guerra deram um enorme salto qualitativo ao longo do século XIX devido principalmente às novidades tecnológicas. O Brasil, mesmo estando na periferia dos avanços tecnológicos do período, mesmo amargando um sintomático estado de deterioração de sua frágil instituição militar de linha, se beneficiou amplamente desse processo, sempre de maneira atrasada, mas com o devido proveito para o seu lento desenvolvimento.

As distâncias e as dificuldades de comunicação, em especial no que diz respeito à logística militar, só começaram a ser resolvidas a partir do final do século XIX. Com a influência de fatores como a dinâmica político-econômica que vigorava com ares liberais, frente às necessidades do capitalismo industrial europeu, o esforço, qualquer esforço modernizador de países, especificamente os da América do Sul, recém saídos dos embaraços coloniais, eram imensamente mais difíceis e complicados de serem postos em prática.

A Guerra do Paraguai afetou profundamente as finanças do Império e diante do despreparo e da necessidade de financiar um Exército em luta, alguns ministérios passaram a ter um percentual muito maior do orçamento nacional. Inicialmente acreditava-se numa guerra curta e sem muito dispêndio, entretanto, do início das hostilidades, com a invasão paraguaia nas províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, as forças aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) só conseguiram entrar em território paraguaio quase dois anos depois de iniciados os combates e somente entre 1868 e 1869 que a capital Paraguai foi tomada pelas forças da Tríplice Aliança.

A força militar terrestre do Império brasileiro apresentava profundas oscilações quanto ao profissionalismo de seus corpos. O Império, em razão da guerra, procurou buscar a maior quantidade possível de informações sobre a organização e funcionamento de outras forças militares estrangeiras, o que contribuiu para sistematizar os estudos sobre os exércitos e a guerra, assim como a “assimilação” de novas idéias junto a uma parte da oficialidade. A oficialidade do Exército brasileiro se mostrava bastante heterogênea quanto às ideologias políticas e a forma de pensar a estrutura do aparato militar, herdada dos idos coloniais. Uma parte se apegava ao tradicionalismo da

organização militar e outra absorvia a lógica da eficiência, resultante da equação “modernização igual à profissionalização”.

O Estado Imperial brasileiro, não muito diferente do Brasil colonial, diante dos avanços globais se preocupava em “importar” sempre os melhores modelos, principalmente os europeus, no que tange à renovação de suas instituições. A Europa era o grande mercado das novas idéias, onde as nações periféricas podiam e deveriam buscar inspiração para continuar a fazer parte do clube dos Estados ditos civilizados. Com a instituição militar brasileira não foi diferente, a inspiração vinha lentamente dos palcos europeus. O Estado imperial tratou de não deixar que essa prática sofresse algum abalo. Os modelos continuaram a ser importados, às vezes, sem a necessária adequação ao contexto nacional, fazendo-se grosseiras adaptações para viabilizar a resolução de questões técnicas. Outro fator interessante quanto às influências diz respeito aos efeitos da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, de 1861 a 1865, que, com seus progressos tecnológicos credenciou este país a exportação de artefatos bélicos. Este novo panorama pode ser verificado mais ao final da Guerra do Paraguai, quando armamentos comprados dos norte-americanos chegaram ao fronte sul-americano.

Trata-se de um período no qual, mesmo com a sucessiva introdução de mudanças na estrutura militar ao longo do Império, visando a profissionalização da carreira através da escolarização técnica e científica dos oficiais, não se pode falar de estrutura militar com autonomia interna em relação ao Estado, sua ideologia e autonomia dependiam das flutuações políticas do Estado.

Logo, ao contrário do que se via em instituições militares européias, relativamente independente de interferências políticas no seu interior, responsáveis pelas decisões internas<sup>2</sup>, aqui se constata uma situação de intensas trocas entre as forças militares e o âmbito político. Era, inclusive, freqüente a eleição ou indicação de militares para cargos executivos e parlamentares, assim como o conferimento de títulos de nobreza aos mais “ilustres” membros da instituição<sup>3</sup>. Ou seja:

*O que se tem não é uma instituição militar tal qual a desenvolvida na Europa, com suas características e regras próprias de funcionamento,*

---

<sup>2</sup> KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia da Letras; Biblioteca do Exército, 1995. p. 32–3.

<sup>3</sup> SEIDL, E. *A espada como vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850–1930)*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 15.

*mas sim uma outra instituição, original, que apesar de apresentar muitas semelhanças com a européia, não lhe é equivalente*<sup>4</sup>.

A instituição militar brasileira ainda sofria de uma forte inadequação estrutural para com aqueles que somariam o grosso de seu pessoal. A oficialidade havia cavado um fosso considerável, em termos sociais, que a distanciava de sua tropa. Os ensinamentos do período napoleônico pouco acrescentaram à cultura militar brasileira. Da grande inovação do soldado-cidadão, o Império brasileiro não tinha praticamente nenhum exemplo, pois, mal tinha soldados bem preparados, e cidadãos menos ainda.

As reorganizações e pequenas adequações são as mais expressivas indicações dos esforços profissionalizantes levados a cabo de forma parcelada, com o máximo de suspeitas aos olhos políticos do Estado e minimamente interessante aos olhos do restante da sociedade.

O Estado brasileiro enfrentava uma situação paradoxal, criada pela sua própria dinâmica política e às custas das ingerências nas instituições militares. O paradoxo era ditado pela dinâmica político-social de então, qual seja, optar entre a centralização militar, com um conseqüente enfraquecimento político do estado no controle do aparato repressivo-militar regional, ou, investir apenas na descentralização militar – objetivo básico da criação da Guarda Nacional – a fim de garantir o controle político, maximizando o potencial de abrangência do aparato estatal policial-repressivo com roupagem militar.

O Império, ante as dificuldades, permaneceu com instituições politicamente distintas para compor a força militar terrestre: o Exército e a Guarda Nacional. Elas passaram a disputar cada uma a seu modo, espaço político e social. Todavia, investir num Exército nacionalmente forte, não combinava com a organização político-social imperial, extremamente elitizada. Isto poderia abalar a distribuição de poder ao nível regional.

As disparidades entre essas duas instituições se tornaram mais gritantes à medida que o Império, seguindo os ditames da política que convinha às elites, investiu mais e melhor, ainda que com deficiências visivelmente grandes – como, por exemplo, o recrutamento, a formação, o treinamento-, numa estrutura que enfatizava o aspecto repressivo-policial, extremamente descentralizado, sob o controle e conveniências civis, a fim de manter o *status quo* político-social vigente.

---

<sup>4</sup> Id., p. 16.

A aquisição de novos armamentos, a perspectiva de utilização de novas tecnologias (balões de observação, telégrafo) e a utilização de novos elementos técnicos, como um corpo de engenharia e um corpo médico devidamente organizados, representou uma discreta modernização na estrutura do Exército. Esta terá reflexos futuros na questão da profissionalização militar e como um importante componente da mesma.

Os novos canhões raiados, com impressionante poder de fogo, fizeram parte do cotidiano de muitos soldados brasileiros que ao longo de sua vida pouco mais fizeram que cuidar de seu próprio roçado. Soldado este que, ao retornar ao Brasil trouxe muito mais que alguns nomes, por vezes algo distante, de heróis de guerra, trouxe algo muito mais importante, principalmente para o exército: a imagem de uma força militar terrestre um pouco mais digna e respeitável. No aspecto prático, uma experiência e treinamento no manuseio de artilharia pesada que dificilmente fosse possível nos treinamentos comuns no Exército brasileiro.

Não só os canhões impressionaram. Fortalezas tão imponentes e robustas como a de Humaitá, barraram por um longo período uma enorme massa de combatentes aliados, sendo conquistada, relativamente num curto espaço de tempo, somente pela retirada de seus defensores, exauridos dos meios básicos de subsistência.

Em relação aos armamentos, as necessidades da guerra fizeram com que vários tipos de armas, novas e antigas, fossem utilizadas. A maior parte dos armamentos que o Exército possuía já estava tecnologicamente ultrapassada para o período. Os avanços conseguidos ao longo da guerra civil nos Estados Unidos foram pouco aproveitados pelo Império brasileiro.

Quando o conflito começou a mostrar-se mais difícil e problemático do que inicialmente se poderia prever, o governo imperial tratou de buscar novas informações sobre os procedimentos da guerra moderna. Um exemplo disso está na troca de correspondências entre o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra e a Legação Brasileira nos Estados Unidos. A pedido do Conde d'Eu foi solicitado, através de ofício encaminhado a Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, representante da Legação Brasileira nos Estados Unidos, a aquisição de qualquer obra ou publicação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, Arsenais, depósitos e campos de instrução. No dia 12 de maio de 1866, a Legação Brasileira nos Estados Unidos enviou treze volumes de publicações norte-americanas sobre diversos temas como táticas de

infantaria e cavalaria, preparação de oficiais para artilharia, manual de combate pessoal e exercícios com utilização de baioneta, sistemas de instrução para utilização de armas leves (mosquete, rifle, rifle-mosquete e carabina) patrulhamento de tropas em campanha dentre outras publicações.

Nestes ofícios, aparece também a necessidade, por parte do Império, de se informar, através de suas legações diplomáticas no exterior, sobre legislação e burocracias concernentes a pensões e compensações por perdas ou danos causados pela guerra. A preocupação quanto às repercussões da guerra no exterior é vista em alguns ofícios. Num ofício destinado aos Estados Unidos, datado de 25 de junho de 1866<sup>5</sup>, o Ministério da Guerra encarrega a representação brasileira em Nova York, de fazer circular notícia sobre a guerra na imprensa dos Estados Unidos, notícias estas favoráveis ao Brasil, já que os norte-americanos se mostravam favoráveis ao Paraguai.

Outro ponto interessante diz respeito aos vários oferecimentos, recebidos pelo Império brasileiro, de militares de outros países, principalmente oficiais de diversas patentes, em grande parte mexicanos, se oferecendo voluntariamente para tomar parte na guerra, defendendo a bandeira brasileira. O Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra teve que encaminhar muitas negativas a esses militares estrangeiros que se voluntariavam ao Brasil.

As armas leves utilizadas pelas forças brasileiras compreendiam desde as armas de pederneira às armas de percussão. Uma grande parte das armas de pederneira já utilizadas até pouco depois de 1850, também foram usadas na guerra contra o Paraguai. Eram, em sua maioria, de fabricação inglesa, da casa armeira TOWER e BROWN.

A substituição das armas de pederneira foi gradual. As suas substitutas foram as armas de percussão, uma evolução da pederneira, chamadas armas fulminantes, devido a utilização de fulminato de mercúrio para inflamação da carga. Uma outra inovação foi à utilização do fuzil de agulha tipo DREYSE, alemão, reminiscência dos armamentos trazidos por mercenários alemães, contratados pelo imperador D. Pedro I para ajudar no processo de independência do Brasil. Esses fuzis constituíam o que havia de mais avançado na Europa em termos de armamentos leves, foi uma das principais armas utilizadas pelo exército prussiano até quase o final do século XIX.

A partir de 1858 o Império começou a adquirir os primeiros fuzis raiados de origem inglesa e belga, chamados aqui de MINIÉS, mesmo sendo os ingleses do tipo ENFIELD, fabricados pela casa de armeiros Barnnet. Estas armas foram bastante

---

<sup>5</sup> ARQUIVO Nacional, anotação IG<sup>1</sup> 436, código 547.

utilizadas ao longo da campanha contra o Paraguai. Representou a maior parte do armamento leve utilizado pelo Brasil.

Por volta de 1868, quando a guerra começava a se aproximar do seu final, foram adquiridas então, as armas de repetição, inicialmente fuzis ROBERT'S, que por sinal, apresentou maus resultados nos testes feitos pelo Exército brasileiro devido a um problema com o cartuchame utilizado. Logo depois foram adquiridas clavinhas de repetição, modelo SPENCER, de sete cartuchos (1867), armas mais apropriadas para a cavalaria. Essas armas de repetição foram adquiridas principalmente dos Estados Unidos.

Foram utilizados ainda pistolas de pederneira ou fulminante e revólveres franceses LEFAUCHEUX. Algumas MINIÉS de anticarga e cartucho combustível foram substituídas pelas COMBLAIN, de retrocarga, com cartuchos metálicos e de repetição. Também foram compradas clavinhas WINCHESTER, de 14 cartuchos, adquiridas logo após o término da guerra com o Paraguai.

Em relação ao armamento da artilharia pesada, foram utilizados os seguintes canhões:

- Canhões de alma lisa;
- Obuses de alma lisa;
- Canhões raiados, no sistema LA HITTE, de fabricação francesa, espanhola e fabricados no arsenal da Corte;
- Canhões e balas no sistema WHITWORTH.

Boa parte desses armamentos, por si só representava uma considerável vantagem militar em relação aos armamentos paraguaios. Diferentemente dos brasileiros, argentinos e uruguaios, os paraguaios tiveram dificuldades muito maiores para adquirir novos armamentos, seja pela falta de recursos financeiros ou pela política isolacionista, inicialmente por vontade própria e depois por causa da guerra, que se converteu, posteriormente, no grande estereótipo político-diplomático paraguaio.

A atividade industrial bélica brasileira sofreu uma expressiva melhora qualitativa e quantitativa ante as necessidades da guerra. Os laboratórios pirotécnicos do Rio de Janeiro nunca haviam produzido tanto até então. A produção de canhões foi um dos maiores desafios do Arsenal da Corte.

A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial nos Laboratórios Pirotécnicos, através do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Neste arsenal se chegou a confeccionar mais de quarenta peças de artilharia

raiada no sistema La Hitte – sistema de armas francês que tinha calibres e potência específica -, quatro morteiros de bronze, projetis, pólvora, explosivos, lanternetas<sup>6</sup> (nos combates também chamadas “cachos-de-uva” ou “shrapnels”), granadas de mão, espoletas, massa inflamável (conhecida popularmente durante a guerra como “racha-fogo”, antecedentes dos lança chamas), peças de reposição e manutenção da artilharia. A fábrica de armas da Conceição recuperou cerca de cento e trinta mil carabinas e espingardas do tipo Minié – francesa; a fábrica de Estrela chegou a produzir cerca de cento e vinte cinco mil quilos de pólvora.

O Brasil já dispunha de armamentos bastante diversificados, como, por exemplo, dos canhões e obuses da artilharia, específicos para ações de sítio, de montanhas e para avanços rápidos. Para a construção de canhões, o Arsenal de Guerra utilizou como modelos os canhões espanhóis. Estes mesmos canhões espanhóis vieram a ser bastante aperfeiçoado pelos franceses pouco tempo depois. Para a confecção das granadas, conhecidas como lanternetas ou shapnel (este último nome, em homenagem a seu inventor, um tenente inglês chamado Henry Shapnel) foram utilizados os modelos franceses. Chegou-se inclusive a montar um arsenal mais próximo ao teatro de operações militares, na Ilha de Cerrito, no rio Paraná, perto da confluência com o rio Paraguai. Era uma espécie de base avançada, que complementava a produção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

O armamento leve utilizado pelos soldados durante a guerra estava constituído por espingarda ou fuzil com baioneta para os corpos de fuzileiros, carabinas com sabre-baioneta para os caçadores, mosquetões para os artilheiros e engenheiros, clavina, pistola, espada e lança para a cavalaria e, geralmente, para os oficiais, revólveres franceses de seis tiros calibre 12.

Tendo em vista que a maior parte dos armamentos brasileiros ainda era de carregar pela boca, o governo imperial chegou a comprar dos Estados Unidos, - cerca de cinco mil espingardas de carregar pela culatra, modelo Robert's, para infantaria, e duas mil clavinas, também de carregar pela culatra, modelo Spencer, para cavalaria. As clavinas, assim que chegaram ao Brasil, foram enviadas para as frentes de batalha, já as espingardas, das cinco mil que chegaram apenas mil foram utilizadas devido a problemas com o cartuchame próprio a essas armas.

---

<sup>6</sup> Lanterneta, também conhecida como metralha, caixa cilíndrica cheia de balas ou fragmentos de ferro que se dispersam no momento da explosão do projétil, empregada para o tiro de metralha em canhões.

Mesmo se caracterizando por ser uma guerra com fartos componentes de modernidade tecnológica, as armas de fogo ofensivas conviviam ainda com a utilização constante, e tradicional, de armas brancas defensivas<sup>7</sup>, como espadins, sabres, punhais, lanças, e sabre-baionetas. A tradicional utilização da lança como uma das armas primordiais da cavalaria coexistiu, na guerra contra o Paraguai, com a utilização da clavina, um tipo de rifle próprio para a cavalaria, por ser mais curto e de fácil manejo. Os lanceiros ainda eram peça importante tanto na cavalaria quanto na infantaria. Porém, nos combates de entrenchamento, nas disputas de habilidade da fuzilaria com canhões onde o inimigo permanecia distante, as armas de acutilamento perdiam quase que completamente a sua serventia defensiva primordial, passando a figurar como instrumentos complementares.

A dificuldade na compra e utilização de armas de fogo, às vezes por mínimas questões técnicas, está expressa num dos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, que diz:

*A promiscuidade das armas de fogo dos dous modelos, o nosso e o inglez, no armamento do nosso exercito, motivada na occasião em que teve lugar a admissão do segundo modelo, pela difficuldade de obter-se de prompto por encommenda todo o armamento preciso para as forças com que contávamos, não deixou de produzir, apezar da insignificante differença entre os dous calibres, o inconveniente que logo notou-se e tratou-se de obviar. Foi que, tendo preparado munição expressa para umas e outras, aconteceu algumas vezes confundir-se o cartuxame, empregar-se nas armas inglezas de 14,66 o que se destinava ás nossas de 14,8, e, em consequencia de ser a bala das segundas um pouco mais reforçada do que a das primeiras, difficultar-se por tal fórma a introducção do cartuxo nestas que, depois de muito poucos tiros, tornava-se o seu carregamento impraticável<sup>8</sup>.*

Nesse mesmo relatório de 1868, o Exército oficializa dispor dos seguintes tipos de canhões<sup>9</sup>:

- Antigas peças de alma lisa, de bronze e de ferro, dos calibres 1, 3, 6, 9, 12, 18, 24, 30, 32 e 36;
- Caronadas dos calibres 3, 6, 9, 12, 18, 24 e 36;
- Canhões lisos, de bronze, de 9, alargados em 12 e raiados;
- Canhões Parrot, de 100;

<sup>7</sup> REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.

<sup>8</sup> Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, Arquivo Histórico do Exército, 1868, pág. 16.

<sup>9</sup> É necessário lembrar que naquele período, não havia uma padronização confiável no que diz respeito aos calibres das armas e munições, havendo, portanto, muitas variações de país para país.

- Canhões Whitworth de 32, 70 e 120;
- Canhões-obuses ou Paixhans de 68 e 80;
- Obuses de 5½, 6 e 10 polegadas;
- Na classe artilharia de sítio:
  - Canhões Whitworth de 32;
  - Canhões raiados de 12;
  - Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
  - Morteiros de 15, 22, 27 e 32 centímetros;
- Na classe artilharia de campanha:
  - Canhões raiados de 4, 6 e 12;
  - Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
  - Canhões-obuses de 4 polegadas (conhecidos entre os militares como general João Paulo, seu idealizador).

A maioria desses canhões ainda utilizava os projetis esféricos, diversificados conforme seu emprego, tais como balas rasas, balas ocas, granadas e bombas. Alguns já utilizavam munição cilíndrica, servindo para o tiro de metralha, como por exemplo, a lanterneta e a pirâmide. Os canhões raiados utilizavam somente a munição cilíndrico-ogival, entretanto, a utilização dessa munição cilíndrico-ogival, por ter sua fabricação feita por particulares, dificultava ao Exército o controle de sua qualidade, apresentando defeitos de fabricação no início de seu processo de aquisição.

O armamento precário inviabilizava uma maior rapidez no desenvolvimento de uma batalha. A geografia contribuía para agravar a situação. Combater em terreno pantanoso ou com tempo chuvoso restringia muito a utilização e a eficiência das armas de pedreira. Todo armamento leve, como rifles e fuzis de carregar pela boca, demandava um tempo de recarregamento por demais longo, sendo substituído aos poucos pelo armamento de percussão de carregar pela culatra.

Um fato bastante interessante foi a utilização dos balões de observação, façanha realizada pela primeira vez num conflito da América do Sul. Quando os balões foram levantados perto do complexo de fortalezas de Humaitá, os paraguaios teriam se surpreendido com a enorme engenhoca que estavam vendo pela primeira vez, com reações as mais diversas possíveis. O balão, inicialmente, surpreendeu até as tropas aliadas. Tal tipo de balão de observação, utilizado militarmente pela primeira vez na Guerra de Secessão nos Estados Unidos, foi utilizado para verificação e mapeamento de terrenos e posições inimigas até a Primeira Guerra Mundial, quando foi substituído pelo

avião. A utilização de balões de observação se tornou uma prática tão séria e perigosa, a partir do final do século XIX, que no início da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra proibiu que tripulantes de balões utilizassem pára-quedas, a fim de se evitar os abandonos das respectivas posições por parte dos soldados ao menor sinal de perigo. Durante a guerra contra o Paraguai, para felicidade dos aliados, as armas leves não dispunham de alcance suficiente para avariar o balão quando este era içado a uma distância segura.

Um dos grandes problemas do Exército brasileiro e das forças da Tríplice Aliança, em geral, estava na questão do abastecimento, do transporte e da manutenção das tropas e equipamentos que, em alguns casos, era solucionado com uma boa dose de criatividade e com a utilização dos poucos recursos que se tinha à disposição. Nesse momento, emerge a arma de engenharia, conferindo organização ao improvisado e a artilharia ganha muito mais importância.

O Rio Paraguai foi um canal primordial no abastecimento de gêneros alimentícios, armas, munições e soldados para os acampamentos militares aliados. Era um rio que trazia em seus canais e portos muito mais que o potencial do liberalismo econômico, era o principal elemento estratégico da região platina, tanto pela sua disposição geográfica quanto pela sua representatividade política. A província do Mato Grosso, por exemplo, dependia diretamente do Rio Paraguai para praticamente tudo, como escoadouro natural não só de bens e mercadorias, mas, essencialmente, como principal vínculo de comunicação com a corte imperial. Pelo Rio Paraguai não chegavam somente as ordens do imperador, chegava também a cultura européia, a civilização.

O Brasil, devido à guerra e à geopolítica regional, desenvolveu um potencial bélico artificial durante esse período. O Exército, principalmente, sofreu um grande aumento em suas fileiras. No entanto, esse aumento quantitativo não significou uma melhora qualitativa, ao contrário, representou um incremento das dificuldades de transporte, treinamento e armamento dos novos egressos. Significou um aumento da insatisfação pública em relação ao Exército, devido às práticas violentas de recrutamento junto às classes mais pobres da população. O inchaço das fileiras também preocupou de certa forma, à política imperial, graças às promessas feitas durante o recrutamento de Voluntários da Pátria, resultado da grande necessidade de efetivos. O fim da guerra representava um problema considerável para o Império: como acomodar, dentro das conturbadas finanças imperiais, todas as promessas de recompensas

financeiras e propriedades agrícolas sem colocar em risco a situação político-econômica que sustentava as elites? A guerra trazia em si muito mais complicações do que a expectativa geopolítica podia prever. O risco de descontrole de grandes massas armadas ou apenas militarmente instruídas sob o comando de oficiais descontentes, em contato com as idéias de republicanismo dos países vizinhos, também representava um risco a mais à estabilidade do Império.

A organização de um sistema militar eficiente e funcional num país de fortes características civilistas representou um dos maiores entraves culturais ao melhoramento da estrutura militar.

O padrão de guerra e a estrutura européias, com certa simetria e a padronização cavaleiresca, foram o grande modelo das colônias sul-americanas, principalmente por lhe ter sido imposto no início da colonização. Por vezes fica a impressão de que tais modelos, desde as normas e procedimentos mais simples dos combates, foram copiados e aplicados ao pé da letra conforme os ritos e costumes europeus. Nesse ponto, a Guerra contra o Paraguai, enquanto primeiro grande conflito entre as jovens nações sul-americanas foi a grande responsável pela apresentação nua e crua das adaptações sul-americanas do estilo normativo de guerrear a maneira civilizada, ao menos oficialmente.

A guerra das fardas abundantes, coloridas e reluzentes do início das batalhas nas contendas européias, figurava apenas em parte nas hostes sul-americanas. Toda a parafernália logística dos exércitos de então, além dos garbos das fardas, pouco oferecia ao soldado em termos de segurança e potencial ofensivo. Pior na América setentrional, onde a maioria da tropa regular devia providenciar o próprio fardamento. Com isso, o espírito patriótico, quase nulo para a grande maioria recrutada à força, fraquejava também no restante da tropa, alquebrada em sua empolgação inicial pela falta de perspectivas visíveis para concluir uma guerra por demais prolongada.

A problemática da logística empregada na Guerra Grande é um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em primeiro lugar, advertimos que não é possível considerar o termo “logística” naquele contexto da mesma forma como se entende hoje. A técnica militar em meados do século XIX nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência máxima, que era, tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nas forças militares, investimentos que começariam pela

educação, passariam pela equipagem material para terminar com a sua profissionalização.

O primeiro grande problema em relação às forças militares de linha brasileiras estava na sua oficialidade, na maior parte mal formada, com vários ranços coloniais. Militares que viam a condução de uma guerra como uma realização estética, a “arte da guerra”, por não crerem na total eficiência da racionalidade científica que começava a ser empregada às lides militares. Apenas uma parte dessa oficialidade estava em contato com os novos ânimos e idéias de como deveria atuar um corpo militar profissional. Esse núcleo profissional<sup>10</sup> do exército foi um dos responsáveis por algumas novas facetas da guerra, entre elas, principalmente, a superação do labor belicoso enquanto “arte da guerra” para aproximar-se de um enquadramento voltado para certo rigor científico. Em função dessa nova perspectiva, tornar-se-ia cada vez mais necessário o aperfeiçoamento do homem de armas segundo rigores e métodos objetivos na consecução de um plano operacional. Tratou-se, portanto, de um momento de superação da teogonia militar brasileira, inapta para conflitos de grande escala, desnordeada no restrito cosmo político imperial e displicente no trato social com o que deveria ser a sua base de sustentação, a soldadesca.

O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação.

Em relação à engenharia e à artilharia, algumas pequenas modificações estruturais foram responsáveis por um considerável avanço em termos de manobrabilidade e eficiência técnica dos quadros do Exército, dinamizando o aparato logístico do mesmo.

A criação, em 1858, da *Comissão para o melhoramento dos materiais do Exército* foi o primeiro passo na tentativa de modernizar e reequipar materialmente o Exército. Entretanto, como ocorria em boa parte da burocracia imperial, o funcionamento da máquina estatal era extremamente lento, sem contar o tempo realmente necessário para a Comissão analisar, por exemplo, a compra de um novo tipo de armamento. Era um processo extremamente demorado, que começava pelo contato com os fabricantes, a aquisição de armamentos para testes, os testes propriamente ditos

---

<sup>10</sup> Para uma discussão mais específica ver IZECKSON, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

e o pedido de compra, por parte do Exército, quando o armamento era aprovado pelo Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra.

Esta comissão ficou encarregada de analisar tudo que dizia respeito ao suporte material do Exército, como reformas em quartéis, construção de fortalezas, manutenção dos arsenais e teste de armamentos e munições a serem adquiridos ou reformados. Eram atribuições extremamente amplas e que, na maioria dos casos, demandava um longo período de exames e considerações.

Mas, um dos principais entraves que Caxias tentou superar foi transformar o “capitão-estancieiro”<sup>11</sup> e sua tropa irregular de “soldados-peões”<sup>12</sup>, tomando como exemplo os militares riograndenses, em tropas hierarquicamente ordenadas e disciplinadas.

## **Bibliografia**

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras–Biblioteca do Exército Editora, 1995.

SEIDL, E. *A espada como vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850–1930)*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 15.

REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.

IZECKSON, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

ALVES, J. V. Portella Ferreira. *Mallet o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Relume-Dumará, 1996.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha da Paraguai 1865 - 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

---

<sup>11</sup> Entende-se por capitão-estancieiro o caudilho que controlava a política e a economia locais e reunia em torno de si grupos milicianos que eram comandados pessoalmente.

<sup>12</sup> Soldados-peões eram, na maioria dos casos, trabalhadores das fazendas de grandes caudilhos.

- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Editora da Unicamp, 1995.
- DINIZ, Alai Garcia. *Máquinas, corpos, cartas: imaginários da guerra do Paraguai*. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP).
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- FORTES, Heitor Borges. *Velhos Regimentos*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1964
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1934. 5 vol.
- RODRIGUES, José Maria. *Uniformes do Exército brasileiro: 1822-1922*. Rio de Janeiro: F. Ferroud, 1922.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- SODRÉ, Nelson W. *História militar do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUSA, Luís de Castro. *Medicina na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, 1972.
- TAVARES, A. Lyra. *História da arma de engenharia*. Rio de Janeiro: Gráfica Lammert, 1942.